



**Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 18 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em doze de abril do ano de dois mil e treze, na Sala de Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis – SC.**

1 Às catorze horas e dez minutos do dia doze de abril de dois mil e treze, na Sala de Comissões  
2 nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, reuniu-se o Plenário do  
3 Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC em Sessão Ordinária  
4 número dezoito. Presentes os senhores Conselheiros Estaduais Arquitetos e Urbanistas  
5 **MARCOS ALEXANDRE JOBIM, JORGE RAINESKI, DÉCIO GOMES GÓES e CEZAR FRANCISCO**  
6 **CIARINI**, o Suplente de Conselheiro Estadual Arquiteto e Urbanista **LEONARDO HENRIQUE**  
7 **DANTAS, JOSÉ PEDRO SEMMER, TAIANA POLLI, DANIEL RODRIGUES DA SILVA**, o Suplente  
8 de Conselheiro Federal **NELSON SARAIVA**, os empregados do CAU/SC, o Assessor Especial  
9 **JOÃO EDMUNDO BOHN NETO**, o Diretor Geral **MÁRCIO BITTENCOURT**, o Advogado  
10 **GUSTAVO SOUZA SANTOS** e as Assistentes Administrativas **CLÁUDIA DE SOUZA ROSA** e  
11 **TATIANA MOREIRA FERES DE MELO**, o Presidente do IAB/SC **RAEL BELLI** e a Assessora de  
12 Imprensa **ANDRESSA**. Ressalta-se que a ausência dos conselheiros **GIOVANI BONETTI,**  
13 **SÉRGIO OLIVA, SÔNIA SUZETE ROESE, ANDRÉ LUIZ SERAFIM** e **FARIDA MIRANY DE MIRA**  
14 foram devidamente justificadas. Após a verificação e constatação da existência de quórum, o  
15 Conselheiro do CAU/SC, Arquiteto e Urbanista **ADEMIR LUIZ BOGONI**, agradeceu a presença  
16 de todos, e informou que presidiria a reunião, na ausência do Presidente Ronaldo de Lima e da  
17 Diretora Administrativa Sônia. Lembrou os presentes de silenciar os celulares e de se  
18 identificar antes de qualquer contribuição. Em seguida apresentou a pauta da reunião, com  
19 duas modificações: o encaminhamento sobre a eleição do Vice Presidente passa a ser tratado  
20 no item 7. Manifestação dos Conselheiros Estaduais de Interesse do Plenário; e a inclusão da  
21 escolha de substituto ao Conselheiro Giovanni Bonetti na Comissão de Habitação, no item 6.  
22 Apresentação e Votação. Sem mais considerações, a pauta da reunião é colocada em votação e  
23 aprovada por unanimidade. No item 1. Aprovação da Ata da Reunião Plenária do dia quinze de  
24 março de dois mil e treze, é colocada em discussão a ata da plenária número dezessete, com a  
25 inclusão da retificação do Conselheiro Ciarini na linha duzentos e oitenta e seis, enviada  
26 previamente e, sem ressalvas, foi aprovada com a abstenção dos Conselheiros Décio e João  
27 Pedro Semmer, por ausência na reunião anterior. No item 2. Correspondências Emitidas e  
28 Recebidas, o Conselheiro Bogoni lembrou que a relação de correspondências havia sido  
29 enviada e que qualquer questionamento deveria ser encaminhado para a Tatiana. No item 3.  
30 Relato do Presidente, foram citados os eventos em que houveram representantes do CAU/SC,  
31 ocorridos no período de dezenove de março à onze de abril. No subitem 3.2. Relato do Assessor  
32 Especial, o Assessor João Edmundo informou que foi feita a montagem das atribuições da  
33 Assessoria Especial para o PCCS contratado, com quatro funções: assessoria institucional,  
34 assessoria parlamentar, assessoria de comunicação e ouvidoria. Relatou que foi feita uma  
35 pesquisa do estado da arte dos CAU/UF, para atualização e futura otimização do site do  
36 CAU/SC. Citou a fase de montagem de um escopo geral para a Assessoria Especial, com três  
37 vertentes básicas: abrangência, âmbitos de ação e instrumentos de ação. Relembrou eventos  
38 citados anteriormente pelo conselheiro Bogoni, dando ênfase ao lançamento do manual sobre  
39 acessibilidade nos prédios públicos, lembrando que, como o manual levou onze anos para ser



40 montado o resultado é muito promissor, e disse que é muito gratificante ver como a sociedade  
41 está avançando na direção de uma sociedade mais justa. Citou o workshop do IAB/SC, onde o  
42 CAU/SC é patrocinador, e disse que o conjunto de conteúdos abordados superou as  
43 expectativas. O Conselheiro André manifestou-se complementando que participou do  
44 workshop do IAB/SC de Blumenau, que foi uma experiência muito interessante e que ficou  
45 bastante satisfeito com o formato do evento. Passando para o item 4. Comunicado dos  
46 diretores, houve apenas o relato da diretoria financeira em função da ausência da Diretora  
47 Administrativa Sônia Roese. O Diretor Financeiro Ademir Bogoni iniciou seu relato informando  
48 que o CAU/SC recebeu o relatório aprovado da auditoria externa. Referente ao relatório  
49 gerencial do mês de março, o conselheiro citou o valor de quatrocentos de dezessete mil,  
50 oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos referente a receita total do mês, para  
51 uma despesa total no valor de duzentos e vinte mil, oitocentos e sessenta e oito reais e  
52 cinquenta e sete centavos, resultando numa proporção de cinquenta e dois virgula oitenta e  
53 seis por cento, das despesas, devido aos gastos em equipamentos e materiais definitivos para o  
54 Conselho. Citou que foram gastos cerca de oitenta e dois mil apenas em equipamentos. O  
55 Conselheiro Raineski questionou se essas despesas eram parceladas. O Diretor Márcio  
56 Bittencourt esclareceu que a aquisição dos vinte e quatro computadores e dos dois notebooks  
57 foi realizada à vista, em uma única parcela. No item 5. Relato das Comissões, não houve relato  
58 da Comissão de Contas e Atos Administrativos, por não ter ocorrido a reunião. No relato da  
59 Comissão de Ética, o Conselheiro Daniel relatou que foi informado pelo presidente que não  
60 haveria mais necessidade da elaboração de um regimento interno para a Comissão, uma vez  
61 que o novo Regimento do CAU/SC irá contemplar este, tendo como base o regimento geral do  
62 CAU/BR. Questionou, conforme solicitação da coordenadora da comissão, a elaboração de um  
63 código de conduta para a Comissão de Ética, entendendo que não haveria a necessidade, uma  
64 vez que não terá regimento próprio. Relatou que existe a intenção de fazer a avaliação do  
65 código de ética, abordado no Seminário da Região Norte, e solicitou que os conselheiros  
66 fizessem suas considerações e encaminhassem à Comissão. O Conselheiro expôs a dificuldade  
67 da comissão com relação ao volume de trabalho a ser realizado e a quantidade de membros da  
68 comissão. Sugeriu a inclusão de mais membros e solicitou sala exclusiva para que a audiência  
69 da ouvida de testemunhas ocorra de forma adequada. Ao relatar a falha na comunicação dos  
70 membros da comissão, o advogado Gustavo lembrou que foi criado um grupo de e-mail para  
71 comunicação interna dos membros desta comissão, para minimizar possíveis desencontros. No  
72 relato da Comissão de Ensino e Exercício Profissional o Conselheiro Ciarini citou os principais  
73 assuntos abordados na reunião: os processos pendentes no conselho por regulamentações  
74 advindos do CAU/BR, o ofício enviado pela Comissão de Ensino do CAU/BR para a Gerência  
75 Técnica que demanda a elaboração de uma portaria, o salário mínimo profissional, a retomada  
76 do plano de ação e a contratação de um arquiteto para auxiliar a gerência técnica. Dentre esses  
77 itens, o Conselheiro informou que sairiam três encaminhamentos para a plenária. O  
78 Conselheiro Jorge citou uma demanda do CAU/BR que deliberou a respeito de RRTs  
79 normativas, para fins de obtenção de CAT para empresas que tem pouco prazo para participar  
80 de licitações e precisam, além de fazer os RRTs defasados, solicitar a CAT. O entendimento do  
81 CAU/BR é que devido ao caráter de urgência, o setor técnico não haveria tempo hábil e foi  
82 encaminhado para deliberação do coordenador da Comissão de Exercício Profissional. O  
83 Conselheiro citou que a comissão não concorda com a decisão, que não é atribuição de  
84 conselheiro, pois faltariam bases técnicas e instrumentação, por ser um trabalho exaustivo,  
85 cuidadoso e de grande responsabilidade, e que não pode ser feito de forma intempestiva como



86 foi encaminhado. Assim, o Conselheiro Raineski propôs votação nesta plenária, da criação de  
87 uma portaria normativa que estipule prazos e procedimentos para a emissão de documentos.  
88 Por ser um trabalho técnico, de uma grande demanda que vai surgir, o conselheiro solicitou a  
89 aprovação da contratação de mais um profissional, pela ordem, através do processo seletivo  
90 para fiscal ocorrido em dois mil e doze, para que a fiscal Franciani continue auxiliando no  
91 trabalho que ela está realizando junto à Gerente Técnica. Outro ponto abordado pelo  
92 Conselheiro Raineski é a demanda do CAU/BR que nega o RRT de cargo e função para  
93 arquitetos, quando não cumprido o salário mínimo profissional. Lembrou que na lei doze mil  
94 trezentos e oitenta e oito não há amparo nenhum para o CAU legislar sobre salário mínimo, o  
95 que é cargo da federação e dos sindicatos, que o CAU acaba prejudicando os profissionais e  
96 propôs que o plenário encaminhe ao CAU/BR a revisão da normativa do salário mínimo. O  
97 Conselheiro Décio informa que a questão do salário mínimo profissional estava no escopo  
98 inicial da lei, mas foi vetado e que se está na lei, não pode ser uma exigência. O Conselheiro  
99 Raineski apresentou a ideia de sintetizar a Conferência Anual e o Seminário Estadual num  
100 único evento com a formatação de um Congresso de Profissionais, buscando a participação  
101 efetiva dos profissionais de todas as regiões de Santa Catarina, a fim de estreitar as relações do  
102 Conselho com os arquitetos, através de um convênio com o IAB/SC, por ter uma estrutura  
103 estadualizada, que auxiliaria no encaminhamento da construção desse congresso. Solicitou a  
104 homologação da criação de uma comissão organização do congresso em plenária. O  
105 Conselheiro Jobim citou dois planos de ação: os brindes aos formandos e o prêmio para o  
106 melhor TCC. Referente aos brindes, o conselheiro solicitou que o novo Diretor Geral Marcio  
107 Bittencourt retomasse o processo de contratação das empresas de design gráfico e publicidade.  
108 Para o prêmio de melhor aluno será entregue um livro, que como tema, a cada ano terá um  
109 arquiteto homenageado. Sobre o prêmio de melhor TCC, o conselheiro apresentou um modelo  
110 onde o CAU/SC disponibiliza recurso, para que o IAB e a ASBEA premiem o melhor trabalho.  
111 Citou ser uma competição saudável, e sugeriu o lançamento do edital do prêmio no Destaque  
112 das Bienais, nos dias vinte e dois de maio à dezesseis de junho, e a entrega do mesmo no  
113 Congresso do CAU. O IAB e a ASBEA participariam do Congresso, haveria uma banca para  
114 avaliação dos TCCs, o CAU patrocinaria e as entidades fariam a entrega. O CAU não daria o  
115 prêmio, apenas disponibilizaria o recurso, para não legitimar cursos. O Conselheiro apresenta  
116 os encaminhamentos a serem dados na plenária: Criação de Deliberação Plenária de prazos e  
117 procedimentos para documentos, contratação de fiscal através do processo seletivo do ano de  
118 dois mil e doze, formato do prêmio de melhor TCC em convênio com IAB/SC e ASBEA/SC e a  
119 criação de uma Comissão Especial para o Congresso Estadual e Conferência Anual do CAU/SC.  
120 No relato da Comissão Especial de Patrimônio, o Conselheiro Leonardo relatou que no  
121 cronograma de implantação da sede da Osmar Cunha, houve um atraso de quinze dias com  
122 relação ao prazo legal dos escritórios de arquitetura para fazer o projeto. Com relação à  
123 aquisição dos terrenos, foi descartada a opção do terreno do Parque da Luz, pois envolvem  
124 muitos interesses, segundo o Secretário Dalmo. O Conselheiro informou que serão contatadas  
125 três imobiliárias para que estas façam as pesquisas de imóveis de acordo com os critérios  
126 estabelecidos, focando no valor aproximado de dois milhões de reais. O Plano de Ação de dois  
127 mil e treze disponibiliza o valor de um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil reais, mas  
128 ainda será feito um ato revisional dos orçamentos, o que gera esperança de aporte de valor  
129 maior. O Diretor Marcio Bittencourt lembrou que no cronograma de implantação da sede, com  
130 a alteração citada pelo conselheiro, o prazo para o término ficou para o dia dezoito de  
131 setembro. Relatou que foi sugerido um credenciamento de imobiliárias, para que possa ter



132 possíveis prestadores de serviços que atuam no mercado de pesquisa imobiliária. O  
133 Conselheiro Ciarini observou que ainda não compreendeu o caminho que está sendo tomado  
134 pela Comissão de Patrimônio, questionou quais critérios serão usados para a prospecção de  
135 imóvel e sugeriu que deveria ser aprovado pela plenária um escopo para que em seguida fosse  
136 feito o credenciamento das imobiliárias e disse achar essencial a aprovação imediata dos  
137 critérios para a escolha da nova sede, que o trabalho da comissão deve ser referendado. O  
138 Conselheiro Leonardo disse que tem o material pronto, um modelo a ser apresentado na  
139 plenária, e que poderá ser votado no item seis. No relato da Comissão de Habitação, o  
140 Conselheiro Leonardo citou os eventos pertinentes ao assunto e apresentou a ideia de fazer  
141 alguma cartilha, um material oficial do CAU para a lei da assistência técnica comece a funcionar  
142 no estado de Santa Catarina. O Conselheiro Raineski questionou a função da Comissão de  
143 Habitação do CAU/SC, disse que se ela está focada na implementação da lei onze mil oitocentos  
144 e oitenta e oito, está faltando objetividade, efetividade. O Conselheiro Bogoni se manifestou  
145 dizendo que também sentiu que falta um direcionamento da comissão, que a comissão tem que  
146 ter um parâmetro para reiniciar um trabalho de uma maneira mais propositiva. O Presidente  
147 do IAB/SC Rael Belli lembrou que existe um manual de assistência técnica para habitação  
148 social, e que o trabalho da comissão deve ser buscar uma forma, junto às entidades, para que a  
149 lei seja aplicada. A Conselheira Taiana questionou se há algum direcionamento do CAU/BR e o  
150 Conselheiro Leonardo respondeu que não. O Conselheiro Nelson Saraiva disse que a Comissão  
151 de Políticas Urbanas do CAU/BR iniciou um trabalho voltado para o assunto. No relato da  
152 Comissão Especial de Comunicação, o Conselheiro Jobim informou que por falta de quórum não  
153 houve reunião e que o relato será na próxima plenária. No relato da Comissão de Políticas  
154 Urbanas, o Conselheiro Saraiva informou que não houve reunião da comissão, e relatou que  
155 não esteve presente no Segundo Seminário de Políticas Urbanas, que ocorreu no Rio Grande do  
156 Sul, pois ao solicitar as passagens e diárias ao CAU/BR, foi informado que o presidente da  
157 comissão de Políticas Urbanas, retirou o apoio que a comissão do CAU/BR dava ao IAB/DN,  
158 para a realização destes seminários. O Conselheiro Raineski falou que acredita que o CAU/SC  
159 deva garantir que algum dos membros da Comissão de Políticas Urbanas participe dos eventos.  
160 O Conselheiro Bogoni disse não ver como ônus do CAU/SC. Passando para o item 6.  
161 Apresentação e votação, no item a. Homologação do organograma do CAU/SC, o Diretor Márcio  
162 fez a exposição do novo modelo do organograma, citando a alteração do posicionamento do  
163 vice-presidente, de assessoria para condição sucessória do presidente; a alteração do  
164 posicionamento da Assessoria Especial e Assessoria de Comunicação, vinculando-as à  
165 presidência; e o reposicionamento da Assessoria Jurídica, Assistência de Planejamento e  
166 Orçamento e Secretaria Geral, todas assessorias à Gerência Geral. O Conselheiro Ciarini  
167 questionou se as proposições estão de acordo com o regimento e o Diretor respondeu que  
168 estão. O Conselheiro Raineski disse que o organograma tem que ser uma representação gráfica  
169 do CAU/SC, e que seria prudente aprovar primeiro o novo Regimento Interno. O Diretor  
170 explicou que o organograma não faz parte do regimento e que este pode ser revisto, ao tempo  
171 em que a plenária entender que o que está colocado no organograma não atende as  
172 necessidades do Conselho. O Conselheiro Raineski disse que entende que o organograma deve  
173 vir em consequência do novo regimento, por esse motivo propôs aprovar inicialmente o  
174 Regimento Interno e em seguida o organograma. O Conselheiro Bogoni questionou se existe  
175 algum encaminhamento quanto ao Regimento Interno e o Diretor Márcio explicou que após  
176 análise jurídica, este será encaminhado aos membros da Comissão de Conta e Atos  
177 Administrativos que, em reunião extraordinária no dia 26 de abril, farão a aprovação do novo



178 Regimento, e na próxima plenária haverá a homologação do mesmo. Assim, o Conselheiro  
179 Bogoni encaminhou a aprovação do organograma para a próxima plenária, após a aprovação  
180 do Regimento Interno. No item b. Substituição do Conselheiro Giovani Bonetti na Comissão de  
181 Habitação, ninguém se dispôs a participar da comissão, e o Conselheiro Bogoni lembrou que é  
182 necessária a substituição, pelo fato da comissão não poder possuir apenas dois membros. Sem  
183 manifestações, a Conselheira Taiana sugeriu unir a Comissão de Habitação e a Comissão de  
184 Políticas Urbanas. O Conselheiro Daniel lembrou que no CAU/BR não existe a Comissão de  
185 Habitação, que é uma única comissão que engloba ambos temas. O Conselheiro Jobim também  
186 lembrou que a Comissão de Ensino e Exercício Profissional do CAU/SC acumula duas  
187 comissões do CAU/BR, e sugeriu a incorporação da Comissão de Habitação pela Comissão de  
188 Políticas Urbanas. O Conselheiro Leonardo lembrou que a decisão deve ser tomada com o  
189 conhecimento da Conselheira Fátima e o conselheiro Bogoni encaminhou a incorporação da  
190 Comissão de Habitação pela Comissão de Políticas Urbanas como pauta para a próxima  
191 plenária. No item c. Criação de Deliberação Plenária de prazos e procedimentos para  
192 documentos, o Conselheiro Raineski lembrou que este documento deve ser repassado a todos  
193 os profissionais e que não cabe à plenária estipular estes prazos, que será aprovada apenas a  
194 criação da deliberação. O Conselheiro Ciarini alertou que depois de concebida, esta deve ser  
195 aprovada pela Comissão de Ensino e Exercício Profissional. O Conselheiro Jobim solicitou que  
196 fosse encaminhado aos coordenadores das comissões um modelo de deliberação plenária.  
197 Colocada em votação, a Criação de uma Deliberação Plenária de prazos e procedimentos para  
198 documentos é aprovada por unanimidade. No item d. Contratação de fiscal através de processo  
199 seletivo existente, o Conselheiro Bogoni explicou que a atual fiscal se deslocaria para auxiliar a  
200 gerência técnica. O Conselheiro Leonardo questionou se a fiscal Franciani não estaria  
201 trabalhando em outra função. O Conselheiro Raineski explicou que o Conselheiro está correto  
202 do ponto de vista estrutural, mas como na prática a fiscal está auxiliando nesse trabalho, e  
203 possui o conhecimento necessário, não alterando assim os procedimentos existentes, para não  
204 prejudicar a fiscalização, a Franciani continuaria fiscalizando nos momentos em que não  
205 estivesse trabalhando internamente. O Diretor Marcio disse que a plenária deve votar pela  
206 contratação do fiscal, que o deslocamento da Franciani é uma decisão interna e que está  
207 aprovado no plano de trabalho da diretoria geral a contratação de um assistente técnico para a  
208 gerência técnica, aprovado pela plenária, com a aprovação do orçamento. O advogado explicou  
209 que devido a premência, a contratação imediata do profissional pode ser feito através de um  
210 processo simplificado, sem infringir a lei. O Conselheiro Raineski se apresentou favorável à  
211 contratação através de concurso. O Conselheiro Décio questionou se o apoio que a fiscal tem  
212 dado à gerência técnica não é devido à experiência como fiscal, e disse que a solução poderia  
213 ser contratar outro fiscal e dar à Franciani uma Função Gratificada, porque ela acumula função,  
214 não deixa de ser fiscal, justificando que a experiência como fiscal é importante para o  
215 desenvolvimento das atividades que ela tem assessorado. O Conselheiro Bogoni corrobora com  
216 o Conselheiro Décio. Em votação, a contratação de fiscal através de processo seletivo existente  
217 não gera manifestações contrárias e é aprovada por unanimidade. No item e. Formato do  
218 Prêmio de melhor TCC através de convênio com IAB/SC e ASBEA/SC patrocinado pelo CAU/SC,  
219 o Conselheiro Jobim explicou novamente, que o lançamento ocorrerá durante a exposição  
220 Destaque das Bienais e premiação no Congresso Catarinense de Arquitetura, em outubro. Em  
221 votação, o formato do prêmio é aprovado por unanimidade. No item g. Criação da Comissão  
222 Especial para o Congresso Estadual e Conferência Anual do CAU/SC, o Conselheiro Raineski  
223 salientou a importância da participação do IAB/SC, através de seus núcleos. O Presidente do



224 IAB/SC Rael Belli, diz que a entidade tem interesse em fazer parte deste trabalho, e se coloca à  
225 disposição para fazer parte da comissão que será formada. O Conselheiro Ciarini sugere que os  
226 membros da Comissão de Ensino e Exercício Profissional também façam parte desta comissão.  
227 O Conselheiro Marcos Jobim disse não ter disponibilidade, por estar em outras três comissões.  
228 O Conselheiro Daniel também se apresentou como membro. Colocada em votação, a criação da  
229 comissão é aprovada por unanimidade. O Assessor Especial João Edmundo lembra que uma de  
230 suas funções é assessorar nesses eventos, e o Arquiteto Rael Belli sugeriu que o mesmo se  
231 tornasse membro da comissão. Em votação os membros participantes da Comissão Especial  
232 para o Congresso Estadual e Conferência Anual do CAU/SC, é aprovada a composição:  
233 Conselheiro Ciarini, Conselheiro Raineski, Conselheiro Daniel, Conselheiro Leonardo, Arq. e  
234 Urb. Rael Belli e Asses. Esp. João Edmundo. O Conselheiro Bogoni lembrou que na próxima  
235 plenária deve ser homologado o coordenador da comissão. No item f. Critérios de Prspecção de  
236 Imóvel, o Conselheiro Leonardo apresentou os critérios: localização, infra-estrutura urbana,  
237 mobilidade, visibilidade, dimensões, potencial construtivo, acessibilidade, legislação e valor do  
238 imóvel. O Conselheiro Ciarini falou que o primeiro questionamento deveria ser localização. A  
239 Conselheira Taiana se manifestou dizendo que dentre os itens citados, a maioria são condições  
240 básicas, iniciais, e que o maior peso deveria ser localização, visibilidade e mobilidade. O  
241 Conselheiro Raineski colocou que o cube deve ser analisado, que estamos utilizando um limite  
242 baixo, sugerindo não colocar o valor de dois milhões como um número fechado. O Assessor  
243 João Edmundo, lembrou que os três mil metros citados como critério no item dimensão, saíram  
244 de um cálculo de um crescimento à quinze, vinte anos, de acordo com as taxas de crescimento  
245 atuais dos profissionais, onde apenas um terço do espaço é o Conselho, o restante são áreas de  
246 uso público, e isso pode ser edificado em mais de uma etapa. A Conselheira Taiana Colocou que  
247 dentro das condicionantes pode-se não estipular locais e esperar as propostas. O Conselheiro  
248 Ciarini sugeriu que para maior objetividade, o valor fosse excluído e fosse votada a região. A  
249 Conselheira Taiana colocou que os itens mobilidade e visibilidade devem ser unidos, e não  
250 havendo essa opção, verificar qual critério tem maior peso. O Conselheiro Décio disse que  
251 foram apresentados elementos suficientes para a aprovação da idéia. O Conselheiro Ciarini  
252 disse que é necessário um parâmetro mínimo para a continuação dos trabalho e sugeriu que  
253 fossem encaminhadas contribuições para a coordenação da Comissão de Patrimônio até o dia  
254 dez de maio. Assim, são aprovados por unanimidade os próximos passos para a aquisição do  
255 terreno para a sede própria do CAU/SC, que constará do envio pelos Conselheiros de  
256 contribuições, para os critértios de prospecção dos imóveis, até o dia 10 de maio próximo, ao  
257 Coordenador da Comissão de Patrimônio, Arq. e Urb. Leonardo Henrique Dantas. No item 7.  
258 Manifestações dos Conselheiros Estaduais em assuntos de interesse do Plenário, o Conselheiro  
259 Bogoni explicou que, considerando a renúncia do Conselheiro Giovani Bonetti do cargo de Vice  
260 Presidente, atendido o regimento interno, fica estabelecido que na próxima Plenária será  
261 instalado processo de eleição, dentre os Conselheiros, para a ocupação do referido cargo. O  
262 processo se dará na forma de inscrição prévia do candidato seguida de votação pelos membros,  
263 e homologação pela plenária. O Conselheiro Bogoni informou a retificação do prazo de licença  
264 do Presidente Ronaldo, que se dará no período compreendido entre o dia vinte de maio e  
265 catorze de junho de dois mil e treze. Como proposta de pauta para a próxima plenária, o  
266 Conselheiro Bogoni citou a eleição do vice-presidente, a aprovação do Regimento Interno,  
267 seguido da aprovação do organograma, a incorporação da Comissão de Habitação na Comissão  
268 de Políticas Urbanas e a homologação do coordenador da Comissão especial para o Congresso  
269 Estadual e Conferência Anual do CAU/SC. O Conselheiro Décio solicitou que fosse feito um



270 breve relato sobre fiscalização, devido aos questionamentos ocorridos pelos profissionais e  
271 pela sociedade. Os Conselheiros Marcos Jobim e Leonardo lembraram que a gerente Bárbara  
272 fez uma apresentação sobre o assunto na última plenária. Nada mais havendo a tratar, o  
273 conselheiro Bogoni desejou um bom retorno a todos e declarou encerrada a Décima Oitava  
274 Reunião Plenária. Para constar, eu, Tatiana Moreira Feres de Melo, Assistente Administrativo  
275 do CAU/SC, nomeada Secretária *Ad hoc*, lavrei a presente Ata que será rubricada em todas as  
276 suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelo Diretor Financeiro Ademir Luiz Bogoni, para  
277 que reproduza os efeitos legais.

278

---

Ademir Luiz Bogoni  
Diretor Financeiro

---

Tatiana M. F. de Melo  
Assistente Administrativo